

As propostas para equacionar a dívida *externa*

Dois discursos importantes marcaram a atual reunião do Fundo Monetário Internacional, proferidos pelo ministro da Fazenda do Brasil e pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Em ambos, nota-se uma grave preocupação com os esquemas vigentes de financiamento da dívida externa e com as possibilidades de que venham a ser alterados a curto prazo. A análise que embasa cada proposta, contudo, é diferente.

Com efeito, o ministro Bresser Pereira abordou a questão a partir de um enfoque global, que privilegia o total da dívida acumulada pelos principais devedores. Essa óptica o conduziu a considerar ultrapassados determinados mecanismos de financiamento, sugerindo então a criação de alguns outros, como a securitização, a conversão de dívida em investimento e uma desvalorização administrada do estoque da dívida.

O secretário James Baker, por seu lado, propõe uma dinamização de mecanismos clássicos, sobretudo a partir do Fundo Monetário Internacional. A rigor, trata-se de ampliar os créditos concedidos por este orga-

nismo e atenuar as condições de acesso a tais recursos. De certo modo, há convergências em relação a propostas do mesmo calibre, já formuladas no âmbito do FMI pelo Grupo dos 24, recentemente. Ademais, o secretário norte-americano não se pronuncia quanto a uma estratégia global para o problema, o que faz supor que o FMI continuaria a fazer valer sua filosofia centrada no tratamento individualizado de cada país devedor.

Repercutem, além disso, pronunciamentos feitos por determinados banqueiros, cujo sentido nem sempre é convergente. Alguns julgam a proposta do Brasil absolutamente inviável, enquanto outros se mostram mais cautelosos. Há uma divisão entre esses banqueiros, a qual reflete a intensidade do problema que vivem. A medida que um banco pode ou não suportar os encargos de formar maiores provisões contra o não pagamento de seus devedores, sua atitude perante a questão é diferente da de seus concorrentes mais diretos.

Não há, manifestamente, ne-

nhum clima de euforia com a proposta brasileira ou com as sugestões do secretário James Baker. Verifica-se um cansaço evidente, aliado a uma tensão raramente amenizada, em ambos os blocos, como que espelhando um impasse crescente na negociação. O ministro Bresser Pereira talvez procure ganhar tempo, como já deixou entrever em mais de uma ocasião. Corre, porém, o risco de testar perigosamente a capacidade de resistência de seus interlocutores e, até segunda ordem, a posição de força permanece em suas mãos. A rigor, a indefinição não traz proveito a nenhum dos envolvidos e dificulta ainda mais o desenho de uma solução mais bem estruturada.

Claro que pode ser considerada louvável a atitude do secretário dos Estados Unidos de fortalecer o papel do FMI e a dotação de recursos do Banco Mundial. Sobretudo quando se tem em mente as resistências manifestadas no cenário interno. Ao mesmo tempo, entretanto, elas revelam a dificuldade de implementação de tais propostas, a exemplo do que

ainda ocorre com o próprio plano do secretário Baker. Quando se contrapõem as duas abordagens, a constatação de uma distância considerável é inevitável e preocupante.

A atual reunião do FMI certamente retratará, acima de tudo, esse clima de grande indecisão. A produção de novas propostas terá sido tímida e pouco proveito concreto trará no caso da presente renegociação da dívida brasileira. Esta irá arrastar-se por tempo indeterminado, a não ser que os bancos credores acenem com represálias inéditas devido ao prazo de 26 de outubro para decidir se abaxam o grau de classificação dos recursos emprestados ao Brasil. É, sem dúvida, um cenário nada animador e que não contribui para fortalecer a posição interna do ministro Bresser Pereira. Este assumiu como necessária a retomada do diálogo, mas sua proposta suscitou mais incertezas do que otimismo. Numa contabilidade hipotética de lucros e perdas, tem-se um jogo de soma zero, o que é altamente problemático nas atuais circunstâncias.